

O Sistema Capitalista

Mikhail Bakunin

1996

É necessário repetir aqui os argumentos irrefutáveis do socialismo que nenhum economista burguês ainda conseguiu refutar? O que é propriedade, o que é capital em sua forma atual? Para o capitalista e o proprietário, significam o poder e o direito, garantidos pelo Estado, de viver sem trabalhar. E uma vez que nem propriedade nem capital produz nada quando não fertilizado pelo trabalho - isso significa o poder e o direito de viver explorando o trabalho de outra pessoa, o direito de explorar o trabalho daqueles que não possuem propriedade nem capital e que, portanto, são forçados para vender seu poder produtivo aos felizes proprietários de ambos. Observe que deixei de lado totalmente a seguinte questão: De que maneira a propriedade e o capital caíam nas mãos de seus atuais proprietários? Esta é uma questão que, quando considerada do ponto de vista da história, da lógica e da justiça, não pode ser respondida de outra forma que não seja uma acusação contra os atuais proprietários. Devo, portanto, limitar-me aqui à declaração de que proprietários de propriedades e capitalistas, na medida em que não vivem de seu próprio trabalho produtivo, mas obtendo aluguel de terras, aluguel de casa, juros sobre seu capital, ou por especulação em terras, edifícios e capital, ou pela exploração comercial e industrial do trabalho manual do proletariado, todos vivem às custas do proletariado. (A especulação e a exploração, sem dúvida, também constituem uma espécie de trabalho, mas, em conjunto, trabalho improdutivo.)

Sei muito bem que este modo de vida é muito estimado em todos os países civilizados, que é expressa e ternamente protegido por todos os Estados, e que os Estados, as religiões e todas as leis jurídicas, tanto criminais como civis, e todos os governos políticos, monarquistas e republicanos - com seus imensos aparatos judiciais e policiais e seus exércitos permanentes - não têm outra missão senão consagrar e proteger tais práticas. Na presença dessas autoridades poderosas e respeitáveis, não posso nem mesmo me permitir perguntar se este modo de vida é legítimo do ponto de vista da justiça humana, da liberdade, da igualdade humana e da fraternidade. Simplesmente me pergunto: nessas condições, é possível a fraternidade e a igualdade entre o explorador e o explorado, a justiça e a liberdade são possíveis para o explorado?

Suponhamos mesmo, como está sendo mantido pelos economistas burgueses e com eles todos os advogados, todos os devotos e crentes no direito jurídico, todos os padres do código civil e penal - suponhamos que esta relação econômica entre os explorador e explorado é totalmente legítima, que é a consequência inevitável, o produto de uma lei social eterna e indestrutível, mas ainda assim será sempre verdade que a exploração exclui a fraternidade e a igualdade. Nem é preciso dizer que isso exclui a igualdade econômica. Suponha que eu seja seu trabalhador e você meu empregador. Se eu oferecer meu trabalho pelo preço mais baixo, se eu consentir que você viva de meu trabalho, certamente não é por causa de devoção ou amor fraternal por você. E nenhum economista burguês ousaria dizer que sim, por mais idílico e ingênuo que seu raciocínio se torne quando começam a falar sobre os afetos recíprocos e as relações mútuas que deveriam existir entre patrões e empregados. Não, eu faço isso porque minha família e eu morreríamos de fome se eu não trabalhasse para um empregador. Assim, sou forçado a vender-lhe meu trabalho ao preço mais baixo possível, e sou forçado a fazê-lo sob a ameaça de fome.

Mas - dizem-nos os economistas - os proprietários, os capitalistas, os patrões, são igualmente forçados a procurar e comprar a mão-de-obra do proletariado. Sim, é verdade, são obrigados a fazê-lo, mas não na mesma medida. Se houvesse igualdade entre quem oferece seu trabalho e quem o compra, entre a necessidade de vender seu trabalho e a necessidade de comprá-lo, não existiria a escravidão e a miséria do proletariado. Mas então não haveria nem capitalistas, nem proprietários, nem proletariado, nem rico, nem pobre: haveria apenas trabalhadores. É precisamente porque essa igualdade não existe que temos e devemos ter exploradores.

Esta igualdade não existe porque na sociedade moderna onde a riqueza é produzida pela intervenção do capital pagando salários ao trabalho, o crescimento da população supera o crescimento da produção, o que resulta na oferta de trabalho necessariamente superando a demanda e levando a um parente naufrágio do nível dos salários. A produção assim constituída, monopolizada, explorada pelo capital burguês, é empurrada por um lado pela competição mútua dos capitalistas para se concentrar cada vez mais nas mãos de um número cada vez menor de capitalistas poderosos, ou nas mãos de sociedades por

ações que, devido à fusão de seus capitais, são mais poderosos do que os maiores capitalistas isolados. (E os pequenos e médios capitalistas, não sendo capazes de produzir ao mesmo preço que os grandes capitalistas, sucumbem naturalmente na luta mortal.) Por outro lado, todas as empresas são forçadas pela mesma competição a vender seus produtos a o menor preço possível. Ele [o monopólio capitalista] pode atingir esse resultado duplo apenas forçando a saída de um número cada vez maior de pequenos ou médios capitalistas, especuladores, mercadores ou industriais, do mundo dos exploradores para o mundo do proletariado explorado, e ao mesmo tempo, espremendo economias cada vez maiores com os salários do mesmo proletariado.

Por outro lado, a massa do proletariado, crescendo a partir do aumento generalizado da população - que, como sabemos, nem mesmo a pobreza pode deter efetivamente - e pela crescente proletarização da pequena burguesia, ex-proprietários, capitalistas, mercadores e industriais - crescendo, como eu disse, a uma taxa muito mais rápida do que as capacidades produtivas de uma economia que é explorada pelo capital burguês - esta massa crescente do proletariado é colocada em uma condição em que os trabalhadores estão forçados a uma competição desastrosa uns contra os outros.

Pois, uma vez que não possuem outro meio de existência a não ser seu próprio trabalho manual, eles são levados, pelo medo de se verem substituídos por outros, a vendê-lo pelo preço mais baixo. Esta tendência dos trabalhadores, ou melhor, a necessidade a que estão condenados por sua própria pobreza, combinada com a tendência dos empregadores de vender os produtos de seus trabalhadores e, conseqüentemente, comprar sua mão de obra, pelo menor preço, se reproduz e consolida constantemente a pobreza do proletariado. Por se encontrar em estado de pobreza, o trabalhador é obrigado a vender seu trabalho por quase nada, e porque vende esse produto por quase nada, ele afunda em uma pobreza cada vez maior.

Sim, maior miséria, de fato! Pois neste trabalho escravo de galeria, a força produtiva dos trabalhadores, abusada, explorada implacavelmente, excessivamente desperdiçada e desnutrida, se esgota rapidamente. E, uma vez esgotada, qual pode ser seu valor no mercado, de que vale esta única mercadoria que ele possui e da qual depende diariamente para sua venda? Nenhuma coisa! E então? Então, nada resta ao trabalhador senão morrer.

Qual é, em determinado país, o menor salário possível? É o preço daquilo que os proletários daquele país consideram absolutamente necessário para se manterem vivos. Todos os economistas burgueses estão de acordo neste ponto. Turgot, que achou por bem se chamar de "ministro virtuoso" de Luís XVI, e realmente era um homem honesto, disse:

"O simples trabalhador que nada possui além de suas mãos, nada mais tem para vender do que seu trabalho. Ele vende mais ou menos caro; mas seu preço, alto ou baixo, não depende só dele: depende de um acordo com quem vai pagar por seu trabalho. O empregador paga o mínimo possível; quando pode escolher entre um grande número de trabalhadores, o empregador prefere aquele que trabalha barato. Os trabalhadores são, então, forçados a baixar seus preços competindo entre si. Em todos os tipos de trabalho, segue-se necessariamente que o salário do trabalhador é limitado ao que é necessário para a sobrevivência." (Reflexões sobre a formação e distribuição das riquezas)

J.B. Say, o verdadeiro pai dos economistas burgueses na França, também disse: "Os salários são muito mais altos quando existe mais demanda por trabalho e menos se oferece, e são reduzidos de acordo quando mais trabalho é oferecido e menos demandado. É a relação entre a oferta e a procura que regula o preço desta mercadoria denominada mão-de-obra operária, como são regulados todos os demais serviços públicos. Quando os salários aumentam um pouco mais do que o preço necessário para as famílias dos trabalhadores se manterem, seus filhos se multiplicam e uma oferta maior logo se desenvolve em proporção com a maior demanda. Quando, ao contrário, a demanda por trabalhadores é menor que a quantidade de pessoas que se oferecem para trabalhar, seus ganhos caem ao preço necessário para que a classe se mantenha no mesmo número. As famílias mais sobrecarregadas de crianças desaparecem;

deles a oferta de trabalho diminui, e com menos trabalho sendo oferecido, o preço sobe ... Desse modo é difícil para o salário do trabalhador subir acima ou abaixo do preço necessário para manter a classe (o trabalhador, o proletariado) no número necessário. ” (Cours complet d 'economie politique)

Depois de citar Turgot e JB Say, Proudhon grita: “O preço, em relação ao valor (na economia social real) é algo essencialmente móvel, conseqüentemente, essencialmente variável, e que em suas variações, não é regulado mais do que pela concorrência, esta que, não esqueçamos, que como Turgot e Say concordam, tem o efeito necessário para não dar salários ao trabalhador mais do que o suficiente para evitar a morte por fome, e manter a classe nos números necessários.”¹

O preço atual das necessidades básicas constitui o nível constante prevalecente acima do qual os salários dos trabalhadores nunca podem aumentar por muito tempo, mas abaixo do qual eles caem com muita freqüência, o que resulta constantemente em inanição, doença e morte, até que um número suficiente de trabalhadores desapareçam para equalizar novamente a oferta e demanda de trabalho. O que os economistas chamam de oferta e demanda igualadas não constitui igualdade real entre aqueles que oferecem seu trabalho para venda e aqueles que o comprem. Suponha que eu, um fabricante, precise de cem trabalhadores e que exatamente cem trabalhadores se apresentem no mercado - apenas cem, pois se surgissem mais, a oferta ultrapassaria a demanda, resultando em salários mais baixos. Mas, como aparecem apenas cem, e como eu, o fabricante, preciso apenas desse número - nem mais nem menos - parece à primeira vista que foi estabelecida uma igualdade completa; sendo a oferta e a demanda iguais em número, deveriam ser iguais em outros aspectos. Segue-se que os trabalhadores podem exigir de mim um salário e condições de trabalho que lhes assegurem uma existência verdadeiramente livre, digna e humana? De jeito nenhum! Se eu lhes conceder essas condições e esses salários, eu, o capitalista, não ganharei com isso mais do que eles. Mas então, por que eu deveria me atormentar e ficar arruinado, oferecendo a eles os lucros de meu capital? Se eu quiser trabalhar como os trabalhadores, investirei meu capital em outro lugar, onde puder obter os juros mais altos, e oferecerei meu trabalho à venda a algum capitalista, assim como meus trabalhadores fazem.

Se, lucrando com a poderosa iniciativa que meu capital me proporciona, peço a esses cem trabalhadores que fertilizem esse capital com seu trabalho, não é por minha simpatia por seus sofrimentos, nem por espírito de justiça, nem por amor à humanidade. Os capitalistas não são de forma alguma filantropos; eles seriam arruinados se praticassem a filantropia. É porque espero tirar do trabalho dos trabalhadores lucro suficiente para poder viver com conforto, até mesmo com riqueza, enquanto ao mesmo tempo aumento meu capital - e tudo isso sem ter que trabalhar sozinho. É claro que também vou trabalhar, mas meu trabalho será de um tipo totalmente diferente e serei remunerado em um valor muito mais alto do que os trabalhadores. Não será obra de produção, mas de administração e exploração.

Mas o trabalho administrativo também não é produtivo? Sem dúvida que sim, por falta de uma administração boa e inteligente, o trabalho manual nada produzirá ou produzirá muito pouco e muito mal. Mas, do ponto de vista da justiça e das necessidades da própria produção, não é de todo necessário que este trabalho seja monopolizado em minhas mãos, nem, acima de tudo, que eu seja remunerado em uma taxa muito mais elevada do que o trabalho manual. As associações cooperativas já provaram que os trabalhadores são bastante capazes de administrar empreendimentos industriais, que isso pode ser feito por trabalhadores eleitos por eles e que recebem o mesmo salário. Portanto, se concentro em minhas mãos o poder administrativo, não é porque os interesses da produção o exijam, mas para servir aos meus próprios fins, os fins da exploração. Como chefe absoluto de meu estabelecimento, recebo por meu trabalho dez ou vinte vezes mais do que meus trabalhadores recebem pelo deles, e isso é verdade, apesar de meu trabalho ser incomparavelmente menos doloroso do que o deles.

¹ Não tendo em mãos as obras mencionadas, tirei essas citações de la Histoire de la Revolution de 1848, de Louis Blanc. O Sr. Blanc continua com as seguintes palavras: “Fomos bem alertados. Agora sabemos, sem margem para dúvidas, que segundo todas as doutrinas da velha economia política, os salários não podem ter outra base senão a regulação entre a oferta e a procura, embora o resultado seja que a remuneração do trabalho seja reduzida ao que é estritamente necessário não morrer de fome. Muito bem, e não façamos mais do que repetir as palavras inadvertidamente faladas com sinceridade por Adam Smith, o diretor desta escola: É um pequeno consolo para os indivíduos que não têm outro meio de existência a não ser seu trabalho. ” (Bakunin)

Mas o capitalista, o empresário, corre riscos, dizem eles, enquanto o trabalhador não arrisca nada. Isso não é verdade, porque quando visto por ele, todas as desvantagens são do trabalhador. O empresário pode conduzir mal seus negócios, pode ser eliminado por um mau negócio ou ser vítima de uma crise comercial ou de uma catástrofe imprevista; em uma palavra, ele pode se arruinar. Isso é verdade. Mas a ruína significa, do ponto de vista burguês, ser reduzido ao mesmo nível de miséria dos que morrem de fome, ou ser forçados a entrar nas fileiras dos trabalhadores comuns? Isso acontece tão raramente, que podemos também dizer nunca. Depois disso, é raro que o capitalista não retenha algo, apesar da aparência de ruína. Hoje em dia, todas as falências são mais ou menos fraudulentas. Mas se nada for salvo, sempre há laços familiares e relações sociais que, com a ajuda das habilidades de negócios aprendidas que passam para seus filhos, permitem-lhes obter posições para si e seus filhos nos escalões mais elevados do trabalho, na gestão; ser funcionário do Estado, ser executivo de uma empresa comercial ou industrial, acabar, embora dependente, com uma renda superior à que pagavam a seus ex-trabalhadores.

Os riscos do trabalhador são infinitamente maiores. Afinal, se o estabelecimento onde trabalha falir, ele deve ficar vários dias e às vezes várias semanas sem trabalhar, e para ele isso é mais do que uma ruína, é a morte; porque ele come todos os dias o que ganha. As poupanças dos trabalhadores são contos de fadas inventados por economistas burgueses para acalmar seu fraco sentimento de justiça, o remorso que se desperta por acaso no seio de sua classe. Esse mito ridículo e odioso jamais acalmará a angústia do trabalhador. Ele conhece as despesas para satisfazer as necessidades diárias de sua grande família. Se tivesse poupança, não mandaria os seus pobres filhos, desde os seis anos de idade, murchar, enfraquecer, serem assassinados física e moralmente nas fábricas, onde são obrigados a trabalhar noite e dia, um dia de trabalho de doze e quatorze horas. Se por vezes acontece que o trabalhador faz uma pequena poupança, esta é rapidamente consumida pelos inevitáveis períodos de desemprego que muitas vezes interrompem cruelmente o seu trabalho, bem como pelos acidentes e doenças imprevistas que atingem a sua família. Os acidentes e doenças que podem atingi-lo constituem um risco que torna todos os riscos do empregador nada comparáveis: porque para o trabalhador a doença debilitante pode destruir a sua capacidade produtiva, a sua força de trabalho. Acima de tudo, a doença prolongada é a falência mais terrível, uma falência que significa para ele e seus filhos fome e morte.

Sei muito bem que nessas condições que se eu fosse um capitalista, que precisa de cem trabalhadores para fertilizar meu capital, que ao empregar esses trabalhadores, todas as vantagens são para mim, todas as desvantagens para eles. Não proponho nada mais nada menos do que explorá-los, e se você deseja que eu seja sincero sobre isso e prometa me proteger bem, eu direi a eles:

“Vejam, meus filhos, eu tenho algum capital que por si só não pode produzir nada, porque uma coisa morta não pode produzir nada. Não tenho nada produtivo sem trabalho. De qualquer forma, não posso me beneficiar de consumi-lo de forma improdutivo, pois, tendo-o consumido, eu ficaria sem nada. Mas, graças às instituições sociais e políticas que nos governam e estão todas a meu favor, na economia existente meu capital também deve ser um produtor: ele me rende juros. De quem este interesse deve ser tirado - e deve ser de alguém, porque na realidade por si mesmo não produz absolutamente nada - isso não diz respeito a você. Basta você saber que rende juros. Sozinhos, esses juros não são suficientes para cobrir minhas despesas. Não sou um homem comum como você. Não posso estar, nem quero estar, contente com pouco. Quero viver, habitar uma casa bonita, comer e beber bem, andar de carruagem, manter uma boa aparência, enfim, ter todas as coisas boas da vida. Também quero dar uma boa educação aos meus filhos, para torná-los cavalheiros, e mandá-los estudar, e depois, tendo se tornado muito mais educados do que você, eles podem dominar você um dia como eu domino você hoje. E como a educação por si só não é suficiente, quero dar-lhes uma grande herança, para que divididos entre eles fiquem quase tão ricos quanto eu.

Conseqüentemente, além de todas as coisas boas da vida que quero me dar, também quero aumentar meu capital. Como vou atingir esse objetivo? Munido deste capital, proponho-me explorá-lo e proponho que me permita explorá-lo. Você trabalhará e eu irei recolher, apropriar e vender para meu próprio benefício o produto do seu trabalho, sem lhe dar mais do que a parte que é absolutamente necessária

para evitar que você morra de fome hoje, para que no final de amanhã você seja ainda trabalhar para mim nas mesmas condições; e quando você estiver exausto, vou expulsá-lo e substituí-lo por outros. Saiba bem, vou pagar-lhe um salário tão pequeno e impor-lhe uma jornada de trabalho tão longa, condições de trabalho tão severas, tão despóticas, tão duras quanto possível; não por maldade - não por um motivo de ódio por você, nem uma intenção de fazer mal a você - mas por amor à riqueza e para ficar rico rapidamente; porque quanto menos eu te pago e quanto mais você trabalha, mais eu vou ganhar. ”

Isso é o que é dito implicitamente por cada capitalista, cada industrial, cada empresário, cada empregador que exige a força de trabalho dos trabalhadores que eles contratam.

Mas, sendo a oferta e a demanda iguais, por que os trabalhadores aceitam as condições estabelecidas pelo empregador? Se o capitalista tem uma necessidade tão grande de empregar os trabalhadores quanto os cem trabalhadores têm de ser empregados por ele, não se segue que ambos os lados estão em uma posição igual? Não se encontrem ambos no mercado como dois mercadores iguais - pelo menos do ponto de vista jurídico - um trazendo uma mercadoria chamada diária, a ser trocada pelo trabalho diário do trabalhador na base de tantas horas por dia; e o outro trazendo seu próprio trabalho como mercadoria a ser trocada pelo salário oferecido pelo capitalista? Visto que, em nossa suposição, a demanda é de cem trabalhadores e a oferta também é de cem pessoas, pode parecer que os dois lados estão em uma posição igual.

Claro que nada disso é verdade. O que é que traz o capitalista ao mercado? É o desejo de enriquecer, de aumentar seu capital, de satisfazer suas ambições e vaidades sociais, de ser capaz de se entregar a todos os prazeres concebíveis. E o que traz o trabalhador ao mercado? A fome, a necessidade de comer hoje e amanhã. Assim, sendo iguais do ponto de vista da ficção jurídica, o capitalista e o trabalhador são tudo menos iguais do ponto de vista da situação econômica, que é a situação real. O capitalista não está ameaçado de fome quando chega ao mercado; sabe muito bem que se não encontrar hoje os trabalhadores que procura, ainda terá o que comer por muito tempo, devido ao capital de que é feliz possuidor. Se os trabalhadores que atende no mercado apresentam demandas que lhe parecem excessivas, porque, longe de lhe permitirem aumentar sua riqueza e melhorar ainda mais sua posição econômica, essas propostas e condições podem, não digo igualar, mas trazer o posição econômica dos trabalhadores um tanto próxima à sua - o que ele faz nesse caso? Ele recusa essas propostas e espera. Afinal, ele não foi impulsionado por uma necessidade urgente, mas pelo desejo de melhorar sua posição, que, comparada à dos trabalhadores, já é bastante confortável, por isso ele pode esperar. E ele vai esperar, pois sua experiência empresarial o ensinou que a resistência dos trabalhadores que, não possuindo nem capital, nem conforto, nem qualquer economia, são pressionados por uma necessidade implacável, pela fome, que essa resistência não pode durar muito tempo, e que finalmente ele será capaz de encontrar os cem trabalhadores que está procurando - pois eles serão forçados a aceitar as condições que ele acha lucrativo impor-lhes. Se eles se recusarem, outros virão que ficarão muito felizes em aceitar tais condições. É assim que as coisas são feitas diariamente, com o conhecimento e à vista de todos. Se, como consequência das circunstâncias particulares que influenciam constantemente o mercado, o ramo da indústria no qual ele planejou inicialmente empregar seu capital não oferece todas as vantagens que ele esperava, então ele mudará seu capital para outro lugar; assim, o capitalista burguês não está ligado por natureza a nenhuma indústria específica, mas tende a investir (como é chamado pelos economistas - explorar é o que dizemos) indiferentemente em todas as indústrias possíveis. Suponhamos, por fim, que ao saber de alguma incapacidade ou infortúnio industrial, decida não investir em nenhuma indústria; bem, ele comprará ações e anuidades; e se os juros e os dividendos parecerem insuficientes, então ele se ocupará de alguma ocupação, ou, digamos, venderá seu trabalho por um tempo, mas em condições muito mais lucrativas do que ele havia oferecido a seus próprios trabalhadores.

O capitalista então chega ao mercado na capacidade, senão de um agente absolutamente livre, pelo menos de um agente infinitamente mais livre do que o trabalhador. O que acontece no mercado é um encontro entre o desejo de lucro e a fome, entre o senhor e o escravo. Juridicamente, ambos são iguais; mas economicamente o trabalhador é servo do capitalista, mesmo antes que a transação de mercado

tenha sido concluída, pela qual o trabalhador vende sua pessoa e sua liberdade por um determinado tempo. O trabalhador está na posição de servo porque esta terrível ameaça de fome que diariamente paira sobre sua cabeça e sua família o obrigará a aceitar todas as condições impostas pelos cálculos lucrativos do capitalista, do industrial, do patrão.

E uma vez que o contrato foi negociado, a servidão dos trabalhadores é duplamente aumentada; ou melhor, antes que o contrato seja negociado, aguilhoado pela fome, ele é apenas potencialmente um servo; depois de negociado, ele se torna um servo de fato. Porque que mercadoria ele vendeu ao seu empregador? É seu trabalho, seus serviços pessoais, as forças produtivas de seu corpo, mente e espírito que se encontram nele e são inseparáveis de sua pessoa - é, portanto, ele mesmo. A partir de então, o patrão zelará por ele, seja diretamente ou por meio de superintendentes; todos os dias durante o horário de trabalho e sob condições controladas, o empregador será o dono de suas ações e movimentos. Quando lhe é dito: "Faça isto", o trabalhador é obrigado a fazê-lo; ou lhe é dito: "Vá lá", ele deve ir. Não é isso que se chama servo?

M. Karl Marx, o ilustre líder do comunismo alemão, justamente observou em sua magnífica obra *Das Kapital*² que se o contrato livremente celebrado pelos vendedores de dinheiro - na forma de salários - e os vendedores de seu próprio trabalho - isto é, entre o patrão e os trabalhadores - se fossem celebrados não apenas por um prazo determinado e limitado, mas para toda a vida, constituiria uma verdadeira escravidão. Concluído por um período apenas e reservando ao trabalhador o direito de se demitir do empregador, este contrato constitui uma espécie de servidão voluntária e transitória. Sim, transitória e voluntária do ponto de vista jurídico, mas não do ponto de vista da possibilidade econômica. O trabalhador sempre tem o direito de deixar seu empregador, mas ele tem os meios para fazê-lo? E se ele o deixa, é para levar uma existência livre, na qual ele não terá um mestre além de si mesmo? Não, ele faz isso para se vender a outro empregador. Ele é levado a isso pela mesma fome que o forçou a se vender ao primeiro empregador. Assim, a liberdade do trabalhador, tão exaltada pelos economistas, juristas e republicanos burgueses, é apenas uma liberdade teórica, sem quaisquer meios para sua realização possível e, conseqüentemente, é apenas uma liberdade fictícia, uma falsidade absoluta. A verdade é que toda a vida do trabalhador é simplesmente uma sucessão contínua e desalentadora de termos de servidão - voluntários do ponto de vista jurídico, mas compulsórios no sentido econômico - interrompidos por breves intervalos de liberdade acompanhados de fome; em outras palavras, é uma verdadeira escravidão.

Essa escravidão se manifesta diariamente de todas as maneiras. À parte os vexames e condições opressivas do contrato que transformam o trabalhador em um subordinado, um servo passivo e obediente, e o empregador em um senhor quase absoluto - além de tudo isso, é sabido que dificilmente existe uma empresa industrial em que o dono, impelido por um lado pelo duplo instinto de uma insaciável ânsia de lucros e de poder absoluto, e por outro, lucrando com a dependência econômica do trabalhador, não anula os termos estipulados no contrato e arrancar algumas concessões adicionais em seu próprio favor. Agora ele vai exigir mais horas de trabalho, ou seja, além das estipuladas no contrato; agora ele vai cortar salários sob algum pretexto; agora ele vai impor multas arbitrárias, ou vai tratar os trabalhadores de forma dura, rude e insolente.

Mas, pode-se dizer, nesse caso o trabalhador pode pedir demissão. Mais fácil falar do que fazer. Às vezes, o trabalhador recebe parte de seu salário adiantado, ou sua esposa ou filhos podem estar

² *Das Kapital, Kritik der politischen Oekonomie*, de Karl Marx; Erster Band. Esta obra terá de ser traduzida para o francês, porque nada, que eu saiba, contém uma análise tão profunda, tão luminosa, tão científica, tão decisiva e, se assim posso exprimir, uma exposição tão impiedosa da formação da burguesia o capital e a exploração sistemática e cruel que o capital continua exercendo sobre o trabalho do proletariado. O único defeito desta obra ... na direcção positivista, baseada num estudo profundo das obras económicas, sem admitir qualquer lógica que não a lógica dos factos - o único defeito, digamos, é que foi escrito, em parte, mas apenas em parte, em um estilo excessivamente metafísico e abstrato ... o que o torna difícil de explicar e quase inacessível para a maioria dos trabalhadores, e são principalmente os trabalhadores que devem lê-lo, no entanto. Os burgueses nunca o lerão ou, se o lerem, nunca desejarão compreendê-lo e, se o compreenderem, nunca dirão nada a respeito; este trabalho nada mais é do que uma sentença de morte, cientificamente motivada e irrevogavelmente pronunciada, não contra eles como indivíduos, mas contra sua classe. (Bakunin)

doentes, ou talvez seu trabalho seja mal pago neste setor específico. Outros empregadores podem estar pagando ainda menos do que seu próprio empregador e, depois de deixar o emprego, ele pode nem mesmo conseguir encontrar outro. E ficar sem emprego significa morte para ele e sua família. Além disso, existe um entendimento entre todos os empregadores e todos eles se parecem. Todos são quase igualmente irritantes, injustos e severos.

Isso é calúnia? Não, está na natureza das coisas e na necessidade lógica da relação existente entre os empregadores e os seus trabalhadores.

Biblioteca Anarquista



Mikhail Bakunin
O Sistema Capitalista
1996

Adquirido em 13 de Fevereiro em 2009 de www.spunk.org
Este panfleto é um trecho de "O Império Knouto-Germânico e a Revolução Social" e incluso em "Os
Trabalhos Completos de Michael Bakunin" dentro do título "Fragmento". Partes do texto foram
originalmente traduzidas para inglês por G.P. Maximoff para sua antologia dos escritos de Bakunin,
com parágrafos faltantes traduzidos por Jeff Stein da edição espanhola, Diego Abad de Santillan, trad.
(Buenos Aires 1926) vol. III, pp. 181–196.

bibliotecaanarquista.org